

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 5,00

nº 855 - de 10 de outubro a 24 de outubro de 2019

Roberto Paricotti

CUT EM CONGRESSO DEBATE O SEU FUTURO

DESAFIO É A SUA PRESERVAÇÃO COMO CENTRAL SINDICAL



Em Praia Grande-SP, CONCUR reúne centenas de delegados



EQUADOR ÚLTIMA HORA:

Pág. 6



PARTIDO

DAP inscreve chapa para o Diretório Nacional do PT **pág.4**

MULHER

Conselho Federal de Medicina contra as Grávidas **pág.8**

HISTÓRIA

Aos 70 anos da revolução, onde vai a China? **pág.10**

Lula Livre

Greve estudantil continua na UFSC

Movimento conquista pautas e fortalece resistência nas federais

A greve dos estudantes da UFSC entra na terceira semana. O movimento é pela recomposição dos cortes, ele rejeita o Future-se e exige pautas locais. A greve fortalece a resistência nas Universidades Federais que paralisaram nos dias 2 e 3 de outubro.

No último dia 30, o Conselho Universitário reconheceu a greve e se comprometeu não criminalizá-la. Após negociações com a reitoria, os estudantes conquistaram a manutenção do funcionamento do Restaurante Universitário, ameaçado de fechar e os benefícios de permanência estudantil. Nos próximos dias ocorrerão assembleias e reuniões das



Danielle de Paula, militante da JRdo PT e da direção do DCE fala durante assembleia estudantil na UFSC

entidades para avaliar os rumos do movimento, segundo o DCE.

Maioria rejeita Future-se

Das 63 Universidades Federais, 34 (54%) são contra o projeto. Conselhos Universitários, como na UFSC, Unifesp, UFRJ, UFC e outras 27 instituições, já decidiram não aderir.

aprovar moções, como fizemos aqui, exigindo dos Conselhos e reitorias a rejeição da adesão ao Future-se".

Recomposição parcial

A greve na UFSC e a luta nacional, como a greve convocada pela Anpg, Une, Andes e Fasubra contra as medidas do governo, estão no pano de

Para a diretora da UNE, Danielle de Paula, do DCE da UFSC, "é hora de se apoiar nessa resistência e ampliar a rejeição. Esse aqui é o lugar da UNE, e não perder tempo em com um Projeto de Lei 'alternativo' ao Congresso. Em cada universidade as entidades de base deveriam

fundo que forçou o governo a recuar, e anunciar a devolução de cerca de R\$ 2 bilhões. Mas para o presidente da Andifes (fórum dos reitores), João Carlos Salles, a medida "não é suficiente". De fato, há outros R\$ 3,8 bilhões tesourados.

A resistência está deixando o ministro Weintraub zozinho. Ora ele ataca quem é contra o Future-se, dizendo que é "pessoal militante, do PT, Psol etc", ora ele diz que "está tudo na normalidade".

Para o núcleo da Juventude Revolução do PT na UFSC "a tarefa é ajudar a fortalecer um movimento nacional e dizer ao governo que nosso direito ninguém mexe. A luta contra o governo Bolsonaro só começou".

Paulo Vilela

"Parem de nos matar"!

O estado do Rio de Janeiro e o genocídio da juventude negra

O assassinato de Agatha Felix reacendeu a discussão sobre segurança pública no Brasil. Ela foi baleada nas costas, dentro de uma Kombi, no Complexo do Alemão. Os pais da menina e a população que estava no local na hora do crime acusam a polícia de ter feito o disparo e afirmam que, quando a menina foi atingida, não havia confronto armado no local. Sendo a quinta criança morta em um total de 16 baleadas, o caso demonstra que hoje, no Rio de Janeiro, até mesmo a infância está ameaçada diante a política de extermínio de Witzel (PSC). Em 2018, logo após ser eleito, em sua primeira entrevista, Witzel já afirmava que sua política de segurança era "mirar na cabecinha e atirar". Em 2019, as mortes decorrentes de ações policiais já chegam a 1249, o maior número na

história do estado. No mês de agosto, a polícia militar do Rio bateu outro terrível recorde e chegou ao total de 5 mortes por dia.

Esses problemas existem em todo o país, desde o fim do regime militar, agravados devido à impunidade.

Logo após a morte de Agatha, Wilson Witzel, em uma coletiva de imprensa, continuou a defender sua política genocida de segurança pública, afirmando que o ocorrido com Agatha não mudaria, em nada, a forma como a PM iria agir nas periferias do estado. Quatro dias após a morte de Agatha, o próprio Witzel retirou a política de incentivo a redução de morte, que bonifica os policiais que tivessem redução no número de homicídios em operações. Isso é um recado do governador a população do estado do Rio, onde incentiva,

mais ainda, a morte da população, principalmente da juventude negra.

Moro visa licença para matar mais

Na mesma semana do ocorrido no Rio, Sérgio Moro, com o apoio do governo Bolsonaro, veio a público defender seu "Projeto de Lei Anticrime", na prática o PL da morte. Um dos dispositivos deste "pacote" de Moro era a implementação do chamado "excludente de ilicitude", que previa dar carta branca aos agentes para matarem, argumentando que teriam relaxamento de punição caso estivessem "sob forte emoção, medo ou surpresa". Com a forte repercussão do assassinato de Agatha, o ponto do "excludente de ilicitude" foi derrubado provisoriamente, mas Moro segue defendendo sua reinclusão para que seu "pacote" seja adotado integral-

mente pela Câmara e Senado. Todo esse debate recoloca a importância da defesa pela desmilitarização da polícia que, pronta para guerra, vê a população mais pobre como sua principal inimiga.

A população que vive nas comunidades e que votaram enganadas em Bolsonaro e Witzel estão vivendo na pele a tragédia de suas políticas. Tem sido cada vez mais evidente, para quem vive nestas áreas mais pobres e menos protegidas, que se pode colocar na conta de Bolsonaro e de Witzel a morte de Agatha e de tantos outros jovens e crianças assassinados neste ano. Sob governo Bolsonaro/Witzel, ambos autoritários, a política de segurança pública militarizada provoca o extermínio e opressão.

Jeffei

Governo quer cortar 54% de bolsas em 2020

Orçamento compromete ainda mais o ensino e pesquisa científica no Brasil

A proposta de orçamento para 2020 elaborada pelo governo Bolsonaro é preocupante para os pós-graduandos. A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que atualmente paga mais de 200 mil bolsas para estudantes do ensino básico à pós-graduação perderá quase 48,22% do seu total de recursos. O orçamento de 2019 era de R\$ 4,25 bilhões e a proposta de Bolsonaro é cair para 2,20 bilhões em 2020. No conjunto o MEC perderia R\$ 21 bilhões no orçamento de 2020

(caindo de R\$122 bilhões em 2019 para R\$101 bilhões).

De acordo com o projeto enviado por Bolsonaro ao Congresso o valor destinado ao pagamento de bolsas de estudos no Ensino Superior cairá 54,29% em comparação do valor que foi aprovado na Lei Orçamentária Anual de 2019. Um corte de R\$1,4 bilhão nos recursos destinados para pagar bolsas de estudo. É o principal gasto da Capes que Bolsonaro quer cortar. Observando de conjunto a proposta orçamentária da Capes para

2020 se nota que embora a proposta apresenta corte em outros tipos de gastos, nenhum sequer se aproxima ao montante cortado para as bolsas de estudo no Ensino Superior. O segundo maior corte fica para as bolsas de estudos para a Educação Básica (que beneficia professores e alunos) que cai de R\$806 milhões para R\$375 milhões (53,42%).

O movimento de pós-graduandos, que se mobiliza nas manifestações e paralisações do início de outubro, já se preocupa com essas questões.

É possível impedir que o orçamento de 2020 seja aprovado com esses cortes, mas é necessária uma ampla mobilização da comunidade universitária. Caso não seja altera, a proposta certamente levará em 2020 a paralisação da renovação das bolsas de mestrado e doutorado, mais um golpe na pesquisa científica. E, pior, pode inclusive afetar o pagamento de bolsas em vigência.

Cristiano Junta

Equador, Iraque e Brasil: o tempo não para!

Há três meses, milhares de iraquianos protestam às sextas-feiras na praça Tahir, em Bagdá, contra o desemprego, a degradação dos serviços públicos e a corrupção, neste país rico em petróleo. A brutal repressão com mortos no dia 5, ao invés de um recuo, provocou a primeira onda nacional de manifestações e greves em grandes cidades, desde a queda de Saddam Hussein (2003) seguida da guerra contra o “estado islâmico” – os trabalhadores retomam a iniciativa numa situação extrema.

No Equador, tido como caso de um governo “progressista” que aderiu à onda conservadora na América Latina – o titular, Lenin Moreno, ex-vice de Rafael Correa que o indicou candidato há dois anos - o país foi paralisado por transportistas esta semana, cuja repressão detonou um levante popular contra o pacote do FMI baixado pelo governo, o qual aumentou os combustíveis, “reformou” a lei trabalhista e aumentou as taxas da Previdência (v. pág.7). Moreno fugiu de Quito, a capital, para Guayaquil e, no momento, não se sabe o que vai acontecer.

O que tem isso a ver com o Brasil?

A evidência de em países nos vários continentes – como na Argélia, no Haiti, na França, em Porto Rico, Hong Kong etc. – em ritmos diferentes, avança a resistência dos trabalhadores e dos povos, muitas vezes de

forma explosiva, várias vezes à margem de desgastadas organizações representativas. Isso, apesar da situação defensiva criada pelo imperialismo em crise que, para sobreviver, não dá margem, ataca todas as conquistas e a democracia.

Acontece que aqui, há mais de um ano, há muita gente – sobretudo entre lideranças sindicais e políticas que não querem se

A HISTÓRIA NÃO VAI SE REPETIR. É CADA VEZ MAIS REVOLUÇÃO OU CONTRA-REVOLUÇÃO

debruçar sobre os erros cometidos nos 13 anos de governo do PT – que, para justificar, repetem que o “mundo vai à direita”. Na verdade, macaqueiam a mídia Internacional que minimiza ou tenta esconder as lutas de resistência, e privilegia certos resultados eleitorais de partidos nacionalistas, socialista ou comunistas, muitas vezes esgotados.

Mas, como se vê, não é tão simples.

Na América Latina, em particular, na Venezuela, apesar da situação complexa, há a resistência do governo Maduro, e na Argen-

tina está anunciada a derrota do candidato preferido do imperialismo, o atual presidente de direita Macri, e a volta do peronismo ao governo.

Mas atenção, a história não vai se repetir no continente.

A crise capitalista hoje, não permite a margem de negociação de há 20 anos para a classe dominante, produto do boom dos preços das exportações (commodities) da região. A mesma crise fez imperialismo dominante dos EUA, com Obama e ainda mais Trump, passar para a uma política de golpes para retomar a hegemonia plena, com a submissão da burguesia associada.

A conciliação com classe dominante não resolveu antes, como se viu, deram o golpe quando puderam. E não há espaço mais de conciliação, é cada vez mais a revolução ou a contrarrevolução.

É preciso ter serenidade, mas também lucidez para dialogar com o povo. O PT deve ter clareza de se apresentar, como fez antes, contra “tudo que está aí”, o verdadeiro antissistema, simbolizado por Lula preso em Curitiba.

É o caminho mais curto e menos sofrido para o fim do governo Bolsonaro. Resistência e Lula Livre. Em outros termos, é o que se discute no Congresso da CUT. É o que o Diálogo e Ação Petista propõe ao 7º Congresso do PT.

NOTAS

DESEMPREGO

A taxa de desemprego no trimestre encerrado em agosto ficou em 11,8%, “estável”, atingindo 12,6 milhões de brasileiros e brasileiras. Mas a informalidade bateu novo recorde atingindo nesse mês de agosto 38,8 milhões - ou seja, 41,4% da população ocupada trabalhavam na informalidade, sem direitos. É a maior proporção de trabalho informal registrada pela pesquisa PNAD IBGE, desde o golpe de 2016. Nos últimos 12 meses, mais 1,4 milhão de pessoas, 78,3% dos novos ocupados, são informais ou “autônomos”.

Já outros 27,8 milhões só conseguiram emprego em tempo parcial, mas gostariam de trabalhar em período integral. E ainda outros 4,7 milhões estão desalentados, isto é, desistiram de procurar emprego.

São, portanto, 45,1 milhões com pouco ou nenhum trabalho!

SALÁRIO MÍNIMO

O salário mínimo não mais terá aumento real. O governo Bolsonaro está acabando com a lei de recuperação do salário mínimo implantada no governo Lula, que fez o salário mí-

nimo crescer 80% acima da inflação, entre 2004 e 2016. A regra garantia não apenas o reajuste da inflação, mas um crescimento de acordo com o crescimento médio do PIB dos dois anos anteriores. Assim, os ganhos de produtividade iam não apenas para os lucros, mas também para os salários. Agora, o reajuste será apenas pela inflação medida pelo INPC.

SEGURANÇA NO TRABALHO

Com o objetivo de reduzir os custos para o empresariado, Bolsonaro está mudando as Normas Regulamentadoras (NRs) de segurança do trabalho. Isso colocará em risco a saúde e a segurança dos trabalhadores. Uma delas é a NR 3, que impôs uma série de condições para os auditores fiscais do trabalho embargarem ou interditem um local de trabalho. O governo já publicou portarias com mudanças em outras três NRs, que tratam de higiene e conforto nos locais de trabalho (norma 24), fiscalização e penalidades (NR 28), além da que trata de embargos e interdições (NR 3).

Tudo isso no afogadilho, sem discussão no Congresso, e muito menos com os sindicatos.

Memória

PRESOS POLÍTICOS POLONESES FAZEM GREVE DE FOME

“São preocupantes as notícias que chegam da Polônia. As autoridades continuam movendo a mais feroz perseguição e os mais duros ataques aos prisioneiros políticos, dirigentes e militantes do Solidariedade, do KOR (Comitê de Defesa Operária) e de todas as organizações independentes dos trabalhadores poloneses. Em defesa de suas próprias vidas, de sua condição como prisioneiros políticos, cinco membros do Solidariedade lançaram mão da greve de fome. Centenas de outros estão sendo atacados, e aguardam seu “juízo”, monstruosa farsa jurídica destinada a provar que são todos “antissocialistas” ou “agentes do imperialismo”, sem as mais elementares condições de defesa.”

O Trabalho nº 219 – 6/10/1983



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Chapa Diálogo e Ação Petista para o DN

Resumo da plataforma modificada e atualizada, que o DAP decidiu inscrever

**Ampla unidade pelo fortalecimento do PT!
Lava Jato é fraude!
Lula Livre já! Pelo fim do governo Bolsonaro!**

Aprofunda-se o Estado de Exceção que rompeu o Estado de Direito há três anos.

Todas mobilizações revelam a disposição de resistência. Elas se integram numa resistência mundial mais ampla ao imperialismo, às vezes explosiva, apesar das dificuldades: Venezuela, México, França, Argélia, inclusive, em eleições na Argentina. Mas a história dos últimos 20 anos não vai se repetir. Os EUA não suportam a democracia.

É possível a necessária unidade partidária. O PT se uniu na oposição ao governo Bolsonaro. A bancada na Câmara votou em bloco “Não” à reforma da Previdência e, caso se consuma no Senado, a luta continuará pela sua Revogação. Mas foi negativo três governadores – da Bahia, do Ceará e do Piauí – pedirem voto a favor para deputados de outros partidos. Ao contrário do prefeito Kiko de Franco da Rocha (SP), que decretou ponto facultativo na greve geral. E é inaceitável o governador Rui Costa se afundar na conciliação e se lançar candidato em 2022 às costas do PT e às expensas da prisão de Lula, vergonha que o Congresso discutirá.

Sete pontos para o 7º Congresso

1 É central a luta contra o governo Bolsonaro, em defesa dos direitos e da democracia, que se concentra na exigência da **imediate e incondicional libertação de Lula**, com a anulação das condenações.

Não cabem ilusões na cúpula militar. O impeachment para alçar o general Mourão resultaria no mesmo programa. Os generais foram selecionados na equivocada ocupação militar do Haiti (Minustah) e em operações de GLO (“Garantia de lei e ordem”) nos morros, onde agem com métodos genocidas das PMs contra negros e pobres.

2 Sair da crise passa por defender a Soberania e resgatar as estatais estratégicas - a **Reestatização da Vale** é uma questão de vida.

3 É preciso vencer o **desemprego** e combater a desigualdade, com uma política para o mercado interno com reajuste real do salário mínimo;

4 Para sair da crise é preciso um **governo democrático e popular encabeçado pelo PT**, com Lula Livre, que restabeleça o nosso legado, retome a demarcação das terras indígenas, combata o desmatamento e defenda a Amazônia com soberana e não

“internacionalizada”; que revogue as medidas de Temer e Bolsonaro.

5 Para isso e para as reformas, agrária, da mídia, jurídica, tributária, e, inclusive, militar, é preciso a **reforma política do Estado** que mude radicalmente as instituições cúmplices do golpe. O meio democrático é a Assembleia Constituinte Soberana, com um novo governo e Lula Livre. A experiência mostra que pela conciliação não se avança.

6 Nas eleições municipais, o PT deve lançar **candidaturas próprias** onde for possível, numa frente anti-imperialista contra Bolsonaro e os golpistas, sem aliancismo conciliador que fez tanto mal e se insinua com políticos que “esqueceram” o apoio a Bolsonaro.

7 É hora de avançar no caminho no **6º Congresso** na defesa do PT como partido democrático e socialista.

Organização do PT

Conclui-se o Processo Eleitoral Direto: 2 milhões de filiados mal ouviram ecos e 350 mil votaram. Respeitamos a regra do jogo, mas somos pela volta dos Encontros de delegados para deliberação e eleição. O PED enfraqueceu o partido. E como não enfraqueceria com tanta filiação clientelista? Como não, se os filiados são dispensados do financiamento, base de qualquer controle? Que democracia resta no PED, com tão pouco debate? Que igualdade há na disputa sem o Fundo Eleitoral Exclusivo estatutário para financiar as chapas?

Sim, é preciso renovar a direção. É preciso avaliar acertos e erros no **balanço** dos anos de governo do PT, que o 6º Congresso começou a fazer. Precisamos de uma direção com essa disposição. Comprometida com os militantes e as bancadas, voltada para a luta de classes, não uma “federação de mandatos”.

Uma direção que não terceiriza a luta para frentes. Que compreende as frentes pontuais e uma frente única mais ampla pela democracia com o Lula Livre inseparável dos direitos sociais.

Somos defensores dos direitos constitucionais conquistados, mas não os confundimos com a defesa da Constituição de 1988, contra a qual o PT votou à época, e que hoje sustenta as instituições golpistas.

O PT tem uma responsabilidade no sindicalismo, respeitando a autonomia partido-sindicato. Nossos sindicalistas e as secretarias sindicais, devem ajudar a CUT a retomar o protagonismo conforme seus princípios: independente dos patrões e governos, baseada na adesão voluntária (sindicalização), por **liberdade e autonomia sindical**, financiada pela contribuição voluntária, com sua estrutura adaptada a isso.



Brasília, 2017: 6º Congresso apontou o caminho a seguir

Apoiamos reconhecer a Juventude do PT como **organização partidária de juventude autônoma**, e não dispersa por cotas na multitude dos diretórios, indicada por mandatos e diluída como sujeito. A JPT deve ser ligada ao partido, com orçamento próprio, mas pensar com a sua cabeça e caminhar sobre as próprias pernas.

Apoiamos a organização própria no PT da **Secretaria Negra**, sem a capa do “Combate ao Racismo” que toca a outras “raças”. Discriminação não é o limite, não é questão menor, mas a causa negra é maior, como a titulação dos quilombos, uma questão de pro-

priedade, “Capitalismo e racismo são faces da mesma moeda” (Steve Biko).

Sim, é possível vencer. O povo começou a mudar nas ruas a relação de forças institucional das urnas. Renovamos o chamado à **unidade a mais ampla possível** por uma plataforma.

Nos 40 anos, reafirmamos Manifesto de Fundação do PT:

“O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas”.

O GOVERNADOR DO PT E A LEI ANTITERROR

Frente à onda de atentados da facção criminosa Guardiões do Estado (GDE), no Ceará, o governador Camilo Santana (PT) afirmou “que essas ações sejam consideradas, tipificadas como terrorismo, garante que as pessoas estarão presas e punidas de forma mais rigorosa” (Band Notícias 25/9).

Assim, Camilo agora defende as mudanças na lei antiterror proposta pelo ministro Moro, emendadas por partidos de direita no Congresso. A lei atual é de Dilma a pretexto dos protestos na Copa de 2014, mas foi denunciada por entidades populares e democráticas. O país nem teve um histórico de terrorismo, mas Camilo quer ampliar o raio de ação da lei para o crime comum, o que ameaça entidades e manifestantes pelo arbítrio do judiciário e da polícia.

A imprensa registra que assim Camilo se choca com a orientação do PT e sua bancada federal. O 7º Congresso do PT vai ter que discutir isso.

Correspondente

PED: RESULTADO ADIADO

A Executiva Nacional (CEN) só se reuniu dia 7 de outubro para examinar o resultado do processo eleitoral direto (PED) de 8 de setembro, após o último prazo de recurso. Isso porque a maioria quis que a “Câmara de Recursos” da CEN – grupo reduzido às maiores correntes – termine de apreciar todos os recursos para pôr a voto na CEN, a instância que delibera.

Mas a Câmara propôs e a CEN aprovou por maioria, adiar de novo para uma CEN dia 14, para “instrução dos 198 recursos”.

Markus Sokol apoiou a proposta do secretário-geral, Romênio, de encerrar ali e anunciar o resultado apurado desde 20 de setembro.

“Eu queria reunir a CEN antes pra começar a deliberar”, disse Sokol. “Jogando para o último prazo deu esse acúmulo. Agora, vão instruir e resolver

198 recursos numa semana, ou vão repetir piorado os últimos PEDs, empurrando a um ‘acordão’ entre as forças – tantos recursos pra você, tantos pra você... - e terminar assim?”

Mas Sokol rechaçou ameaças de “desestabilizar” o partido por falta de “unificação” na apuração e denúncias de violências no PED: “o que pode unificar o PT é a luta contra a violência do Estado contra Lula, preso em Curitiba! Violência interna não é questão eleitoral, é grave o suficiente para a CEN avocar os casos e instalar Comissão de Ética”.

“O PED é isso”, disse Sokol, “e com perdão da palavra, não vamos moralizar o bordel. Podemos fechar o bordel e acabar com o PED, isso sim! Mas a situação do povo e de Lula, não permite parar a direção com recursos. Temos muito o que fazer”.

HORA DE FAZER O PT AVANÇAR

A chapa nacional de delegados do Diálogo e Ação Petista obteve 6.850 votos (2,1% do total) no PED realizado no dia 8 de setembro, um resultado bem superior ao do PED de 2017. Com isso, o DAP tem direito a um membro na Executiva Nacional e

dois no diretório.

Os números, porém, não dizem tudo. O DAP estabeleceu novas relações políticas em vários estados, com base nos 7 pontos (ver pag. ao lado), o que mostra que é possível jogar um papel decisivo no 7º Con-

gresso, para fazer o PT avançar.

Algumas disputas de 2º turno nos PEDs municipais terão certamente consequências nos congressos estaduais, que serão um momento importante para prosseguir na luta.

Uma conclusão necessária é incen-

tivar a criação dos núcleos de base do DAP. Eles têm sido um ponto de apoio político para um número cada vez maior de petistas.

Roberto Salomão

CRESCER A ADESÃO POR LULA LIVRE

O abaixo-assinado pela anulação dos julgamentos de Lula tem sido uma boa ferramenta de diálogo com os trabalhadores e jovens.

Na estação de trem de São Caetano do Sul (região metropolitana de São Paulo - ABC), por exemplo, ocorreu uma atividade com banca, feita pelo comitê Lula Livre da região, que os militantes do DAP ajudam a impulsionar. Nesta estação confluem operários metalúrgicos, químicos e da indústria alimentícia, além de jovens de duas faculdades próximas. Na banca, com uma bandeira "Lula livre", dezenas pararam para assinar e conversar.

Falas como "a vida está insuportável, não tem emprego, Lula tem que sair", "não consigo mais pagar o aluguel, com Lula eu conseguia" foram ouvidas e um jovem que saía da faculdade disse "Bolsonaro está acabando com as universidades, eu sou Lula livre!" e chamou outros colegas para assinar. Ficou evidente a ótima adesão dos jovens que passavam pelo local.

Numa feira na Brasilândia, zona norte da capital paulista, numa atividade igualmente promovida pelo DAP e liderada pelo presidente eleito do diretório zonal da Freguesia do Ó, Adilson Sousa, o abaixo-assinado



Atividades de coleta de assinaturas por Lula Livre, impulsionadas pelo DAP, na estação em São Caetano e na feira na Brasilândia.

também foi muito bem recebido.

Atividades desse tipo, em estações de metrô/trem, terminais rodoviários, feiras, portas de escolas, univer-

sidades e fábricas, são um ótimo mecanismo para buscar o diálogo sobre a prisão política de Lula e a exigência de sua libertação.

EM SALVADOR VENCE CANDIDATO APOIADO PELO DAP

Ademário Costa (da corrente Avante) venceu com 1.767 votos (50,81%), derrotando Gilmar Santiago (candidato a reeleição apoiado pela DS) que obteve 1.711 (49,19%).

Numa disputa tão acirrada, foi decisivo o apoio do Diálogo e Ação Petista, que apresentara Edenice Santana para presidente no 1º turno, assim como a participação da Juventude Revolução do PT. Ademário assume após anos de gestão do mesmo grupo, apoiado neste PED pelo senador Jaques Wagner.

O grupo de base do DAP de Salvador desde o início do processo propunha a

unidade do partido para enfrentar Bolsonaro e o seu comparsa, o prefeito ACM Neto (DEM). O DAP questionou a política do governador Rui Costa, sobretudo o apoio à reforma da Previdência e a tentativa de privatizar setores como a Embasa (água e esgoto). No 2º turno, o DAP decidiu apoiar à candidatura de Ademário, que integrou os 7 pontos na sua plataforma, inclusive a candidatura própria do PT para eleições de 2020.

Correspondente

FLORIANÓPOLIS: APOIO DECISIVO NO 2º TURNO

O DAP de Florianópolis mais que triplicou sua votação em relação ao PED de 2017 e por apenas 9 votos não levou seu candidato a presidente, o vereador Professor Lino Peres, ao 2º turno.

Este crescimento é resultado da presença diária do DAP nas lutas, particularmente na campanha Lula Livre. O DAP mantém três tendas da campanha (no centro, na universidade e em Palhoça).

A batalha continuou no 2º turno. O DAP decidiu apoiar a candidata da CNB, Schirley, que venceu contra a candidatura da DS e MS. Em conver-

sações com o presidente estadual do PT, Décio Lima (CNB), ficou acordado que a tese do DAP Nacional será defendida pela CNB no Congresso Estadual como tese guia, além de incluir no programa do PT Florianópolis para a próxima gestão o programa do candidato do DAP, assim como o apoio ao pré-candidato Lino Peres à Prefeitura, além de outros compromissos sobre a organização do Partido.

Correspondente

DAP SINDICAL SE REÚNE EM FORTALEZA



Grupo de base sindical do DAP-Fortaleza debate rumos do PT

O grupo de base sindical do Diálogo e Ação Petista de Fortaleza se reuniu dia 17, para avaliar o processo de eleição direta do Partido dos Trabalhadores e questões sindicais, como a pre-

paração do Congresso da Central Única dos Trabalhadores e a eleição do Sindicato dos Servidores Estaduais (MOVA-SE).

Os 20 sindicalistas presentes, ligados à CUT Independente e de Luta, à Tribo e à Articulação Sindical, consideraram que a marca do PED na capital foi a intervenção da base e a derrota dos esquemas dos gabinetes que vinham dominando o PT.

Mas também manifestaram a ideia

de que a batalha para revitalizar o PT só começou. Foi unânime também a ideia de que a principal conclusão do PED é a necessidade de enraizar o DAP por meio dos grupos de base.

A reunião decidiu debater os textos da CUT Independente e de Luta para o CONCUR com delegados eleitos e acompanhar o processo eleitoral do MOVA-SE.

Correspondente

Última hora: Equador rebelde!

Greve geral põe em xeque governo que baixou pacote do FMI



No fechamento da edição, neste dia 9, era aguardada a chegada da marcha indígena em Quito, capital do Equador, cidade sem comércio nem transporte, apesar do “estado de exceção” (emergência, que estabelece a censura, o toque de recolher e mobiliza o Exército) decretado pelo presidente Lenin Moreno. Este se refugiou há dois dias na capital empresarial, Guayaquil, por sua vez hoje coberta de barricadas.

Moreno foi vice de Rafael Correa, o presidente “progressista” (2007-17) atualmente exilado na Bélgica, quem o designou seu sucessor, candidato a presidente há dois anos e meio, numa tentativa de conciliação com a classe dominante. Moreno terminou rompendo com Correa.

A atual rebelião é consequência de um pacote de Moreno no último dia 2, que cortou subsídios de 50 anos aos combustíveis nesse país exportador de petróleo, e anunciou outras medidas de ajuste. O preço do diesel subiu 123%, e os

sindicatos taxistas e transportistas puxaram uma greve com bloqueios de estrada, depois engrossados por indígenas, camponeses, sindicatos e a juventude. Três campos de petróleo foram ocupados por populares e sindicatos.

Após a repressão sangrenta do fim de semana, os indígenas (em geral camponeses) saíram em caravanas para a Capital e chamaram à greve geral indeterminada. Se estima 100 mil indígenas rumo a Quito.

Enquanto governos de 7 países pró-imperialistas (Argentina, Brasil, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Peru e Paraguai) apoiaram o governo equatoriano em nota, Moreno, ladeado pelos comandantes das Forças Armadas, propôs um “diálogo” com mediação da ONU, da Igreja ou de reitores, não aceito pelos manifestantes que gritam “Fora Moreno!”.

No Brasil, em nota já no dia 8, o PT se declarou “solidário com a rebelião popular no Equador”.

Abaixo, o manifesto dos nossos companheiros da Organização Socialista Revolucionaria dos Tra-

balhadores, a seção equatoriana da 4ª Internacional.

João Alfredo Luna

TODOS JUNTOS CONTRA O “PAQUETAZO” IMPOSTO PELO FMI! FORA LENIN MORENO!

Com o anúncio em rede nacional das medidas econômicas impostas por um acordo firmado pelo governo com o FMI, com a eliminação de subsídios aos combustíveis - provocando uma alta de preços de mais de 100% - e o anúncio de projetos de reformas trabalhista, tributária, da seguridade social e econômica, no último dia 2 de outubro de 2019, o povo, setores sociais, indígenas, e os trabalhadores a nível nacional, se mobilizaram nas ruas para exigir a revogação do mencionado Decreto Executivo 883.

Em resposta, o governo adotou o Estado de Exceção (Decreto 884). Quem estava nas manifestações foi selvagemmente reprimido pela força pública (Polícia e Exército) com gás lacrimogêneo e brutalidades em todo o território nacional, ocasionando, entre os manifestantes, 8 mortos, 30 feridos e mais de 500 detidos, 129 dos quais presos e à disposição dos juízes.

Mas o povo logrou superar os obstáculos das forças policiais e, em três dias de manifestação, os militares não quiseram enfrentar-se com o povo, e permitiram a livre circulação em todo o território nacional, inclusive quando da tomada simbólica de instituições públicas, como a Assembléia Nacional (parlamento), em Quito, logo entregue de forma pacífica pelos manifestantes.

Encurralado em Quito, Lenin Moreno baixou o Decreto 888 mudando a sede do governo para Guayaquil, e impondo o toque de recolher (das 20 hs às 5 hs) em algumas regiões do país.

Nas manifestações, o povo pediu a saída do presidente Moreno, responsável pelo “paquetazo” econômico e pela má administração do país que encareceu a cesta básica dos oprimidos, o que esgotou a paciência popular que explodiu e causou uma comoção e provocou o desabastecimento de gêneros de primeira necessidade.

A imprensa governista faz eco ao delírio do governo que acusa as mobilizações de serem organizadas pelo governo de Rafael Correa e financiadas por Maduro, presidente de Venezuela, e por Cuba.

A OSRT está ao lado da mobilização, das manifestações de nossos irmãos indígenas e do povo equatoriano:

Revogação dos Decretos Executivos 883, 884 e 888!

Não às reformas trabalhista e da seguridade social!

Fora Lenin Moreno!

Guayaquil, 8 outubro de 2019

Reestatização da Vale é uma prioridade

Ato dia 25 é nacional e está no topo da agenda em MG

Um ato nacional pela reestatização da Vale, no dia 25 de outubro, será realizado em Brumadinho (MG), a cidade da última tragédia de ruptura de barragens, com 300 mortos, em fevereiro. O ato foi convocado pela Frente em Defesa da Soberania Nacional.

Entrevistamos o deputado estadual do PT mineiro, Betão, sobre a questão:

1) Por que retomar neste momento a luta pela reestatização da Vale?

A Vale do Rio Doce foi praticamente dada aos investidores privados no governo FHC. Privatizada por R\$3 bilhões, em 1997, tinha reservas de minério avaliadas em mais de R\$100 bilhões. Foi um crime de lesa-pátria. Como empresa privada, recebeu vultuosas isenções fiscais que prejudicam Minas e o país. Os “acidentes” nas operações se tornaram coisa comum.



Deputado Betão, PT-MG

A razão é simples, a Vale deixou de responder às necessidades estratégicas do país, para se dedicar aos acionistas que querem maximizar o lucro. Por isso, cortaram investimento em segurança e pagam ninharias de indenização às famílias das vítimas de Brumadinho. Ao todo, a empresa não

vai gastar 400 milhões nas indenizações, quando só o lucro líquido em 2018 foi de 25 bilhões. É escandaloso.

É uma luta difícil na atual conjuntura, com o governo Bolsonaro querendo privatizar outras empresas, mas, até por isso, a luta a reestatização serve de contraponto, denunciando o que são as privatizações. Além do que, a reestatização é a única solução para recuperar o patrimônio nacional, o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores. Inclusive, indenizar corretamente as famílias das vítimas. É uma campanha que conscientiza o povo das consequências nefastas desta privatização, o que ajuda à luta geral contra esse governo entreguista e antinacional.

2) Qual a situação em Brumadinho? Há chance de ocorrer o mesmo em outros locais?

Até hoje, o corpo de bombeiros procura corpos não localizados. As informações que nos chegam é que há mais 40 barragens em situação semelhante, principalmente na região do Vale do Aço. O risco de outras tragédias continua.

3) Como está a preparação do ato?

Haverá uma reunião ampla de organizações, sindicatos e movimentos na próxima sexta-feira, dia 12, quando vamos aprofundar essa questão. Mas o povo já começou a se movimentar. O PT de Juiz de Fora, por exemplo, aprovou o envio de um ônibus em reunião do Diretório, proposta do DAP na cidade, que vai se engajar em todo o Estado. No Congresso Estadual do PT, que começa dia 18, vamos fazer da mobilização pra esse ato uma prioridade.

13º Congresso Nacional da CUT

Manifesto de Alerta: “recusar acordo com centrais ou parlamentares que não contemple nossos pressupostos”

No fechamento desta edição estava em curso do 13º CON-CUT. Já no ato de abertura, no dia 7, os delegados receberam o “Manifesto de Alerta”, distribuído pela bancada da CUT Independente e de Luta, do qual reproduzimos trechos.

“A CUT, fundada há 36 anos na luta pela liberdade e autonomia sindical, contra a ditadura militar, hoje está ameaçada na sua sobrevivência. A tarefa central deste 13º CON-CUT é adotar as medidas políticas e de organização que preservem a conquista maior da classe trabalhadora que é a nossa central.

Toda a situação mundial coloca o sindicalismo diante de uma escolha: apoiar-se na resistência aos planos destrutivos do capital e sobreviver como instrumento de luta da nossa classe, ou adaptar-se a eles, associar-se ao capital e destruir a sua própria base de representação.

A CUT só pode escolher o caminho da resistência, afastando-se da política de atrelamento dos sindicatos aos interesses dos patrões - a chamada ‘associação capital-trabalho’ - e atuando para reforçar a luta dos trabalhadores contra o governo Bolsonaro e seus aliados daqui e de fora, como o imperialismo dos Estados Unidos ao qual ele se subordina.

O Senado acaba de aprovar em 1º turno a contrarreforma da Previdência (PEC 06) impondo uma nova derrota à nossa classe. E isso, sem que a resistência - que se expressou na greve geral de 14 de junho - se fizesse presente com uma concentração em Brasília, como as centrais chegaram a propor. É uma fragilidade evidente.

Essa derrota vem se somar à do golpe que derrubou Dilma, à prisão de Lula e à eleição de Bolsonaro, numa sucessão de ataques aos direitos dos trabalhadores, à democracia e à soberania nacional. Um cenário difícil para a CUT e os sindicatos.

É hora de retomar a essência do sindicalismo cutista

Desde a contrarreforma trabalhista de Temer (2017) aumentou a precarização das relações de trabalho e o desemprego. A estrutura sindical oficial começou a desabar com o fim do imposto sindical.

A CUT, ao longo dos anos, adaptou-se à essa estrutura e hoje está sofrendo as consequências na sua própria pele: sindicatos com dificuldades para sobreviver materialmente, baixos índices de sindicalização ou

base de representação reduzida, o que acaba fragilizando todos os níveis da central.

É hora de romper com os vícios da velha estrutura sindical e de aplicar na prática os princípios que deram origem à CUT. É preciso ‘amassar o barro’, buscar e organizar os distintos segmentos da nossa classe (formais e informais) em sindicatos combativos, rejeitando atalhos como o assistencialismo ou a ‘prestação de serviços’ que não vão salvar os sindicatos, mas sim desnaturar a sua razão de ser. A única via para preservar nossas organizações é um sindicalismo de luta, ancorado na adesão voluntária dos trabalhadores.

Hoje, um governo de extrema-direita ousa falar em ‘modernizar’ a estrutura sindical com o fim da ‘unicidade sindical’ imposta pelo Estado. Seu objetivo é fragmentar a nossa classe em ‘sindicatos por empresa’, em benefício dos patrões, e para tanto prepara uma PEC de ‘reforma sindical’.

Em nenhuma hipótese a CUT deve ‘negociar’ essa PEC do governo Bolsonaro. Temos que nos preparar para barrá-la. Para se contrapor a ela, devemos nos apoiar nas convenções da OIT - como a 87 e a 151 que garantem a liberdade e autonomia sindical -, são os trabalhadores que decidem sobre a sua organização sindical, a proteção aos dirigentes eleitos e a penalização das ações antissindicalistas dos empregadores. A CUT deve recusar qualquer acordo - seja com outras centrais ou parlamentares - que não contemple esses pressupostos.

A CUT vai encontrar na nossa classe, e apenas nela, a força para superar a situação crítica que vivem os sindicatos no Brasil. Por isso ela deve jogar todo o seu peso na luta pelas reivindicações dos distintos setores de nossa classe e, a partir daí, avançar nas mudanças necessárias nos sindicatos filiados (fusões, ampliação de base etc.), visando garantir a sua sustentação pelos próprios trabalhadores.

Batalha que passa por retomar o papel das CUTs estaduais de coordenar os esforços dos sindicatos filiados



Praia Grande, 8 de outubro, Plenária do 13º CON-CUT

na sua área de atuação, ajudando a mobilização de suas bases para a luta. Tarefa que não pode ser ‘terceirizada’ para as frentes Brasil Popular ou Povo sem Medo, como chegou a ser feito por direções sindicais que não mobilizavam as suas bases para atos e mobilizações, substituindo essa tarefa essencial pela ajuda a movimentos populares, que é correta, mas não isenta os sindicatos de fazer o seu ‘dever de casa’.

Um plano de lutas que unifique a nossa classe

A luta em defesa dos direitos da classe trabalhadora, da democracia e da soberania nacional exigem da CUT e de seus sindicatos, uma ação cotidiana por Lula Livre e pelo fim do governo Bolsonaro. O 12º CON-CUT (2015) apontou a necessidade

de uma reforma política profunda nas atuais instituições apodrecidas, o que exige uma Assembleia Constituinte Soberana livremente eleita pelo povo. Devemos manter essa perspectiva, conscientes que tal saída democrática só será possível com a mobilização das amplas massas por suas reivindicações vitais (...).

Praia Grande, 7 de outubro de 2019

Julio Turra, Juliana Salles (Executiva Nacional da CUT), João B. Gomes, Cleusa Cassiano, J. J. Maggio, Cida Oliveira, Lourival Lopes (DN CUT) e demais delegados e delegadas do agrupamento “Em defesa da CUT Independente e de Luta”

Fora PEC da reforma sindical do Paulinho

Na plenária do dia 9, Juliana Salles (Executiva Nacional da CUT), alertou: “ao mesmo tempo em que o congresso acontece, Paulinho da Força e o deputado Marcelo Ramos (PL-AM) chamam coletiva pra apresentar uma PEC de reforma sindical, que no artigo 8 fere os princípios [que fundaram a CUT] porque introduz que os ganhos das convenções coletivas e acordos coletivos só terão efeito para os sócios. É uma armadilha. Hoje só 17% dos trabalhadores são sindicalizados.” Juliana concluiu sua intervenção chamando o congresso a rejeitar a PEC do Paulinho.

Moção pela rejeição

Na plenária final, os delegados da

CUT Independente e de Luta vão submeter a voto uma moção que afirma: “A PEC estabelece em seu artigo 1º Inciso V - ‘ninguém será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado a sindicatos, todavia, as decisões tomadas nas negociações coletivas só alcançarão os associados das entidades sindicais’, ou seja, num cenário de desemprego e destruição de direitos (reforma trabalhista, reforma da Previdência etc.), onde os patrões e governos podem demitir e chantagear os trabalhadores a não se sindicalizarem esvaziando os sindicatos essa proposta significa o fim dos sindicatos combativos com independência de classe”.

Fora o FMI dos Estados e municípios!

Atenção, tá achando ruim? Ainda pode piorar

De repente, ficamos sabendo que “por solicitação do governo, entre 29 de abril e 13 de maio, técnicos do Fundo Monetário Internacional (FMI) estiveram no Brasil para examinar as finanças de Estados e municípios e propor políticas de ajuste” (OESP, Editorial, 26/9).

O relatório “técnico” do FMI recém-concluído alega que “disciplinados por alguns anos, os governos estaduais e municipais acabaram caindo de novo na farra financeira”, segundo o Estadão, “quando o governo da União passou a facilitar o endividamento dos entes subna-

cionais entre 2014 e 2018, mesmo depois de renegociações”. Daí que operações foram montadas para retorno ao padrão estabelecido no ano 2000 pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), “mas alguns governos têm descumprido, até com apoio judicial”.

O relatório do FMI propõe, então, mudanças nas regras para o endividamento: “uma menor participação de bancos públicos na concessão de financiamentos a entes subnacionais (Estados e municípios - NdOT), com maior recurso a empréstimos privados de bancos e outras fontes

do mercado”. Segundo o FMI, “Isso conteria incentivos ao desperdício, diminuiria riscos para o governo federal e eliminaria tensões institucionais entre diferentes níveis do governo e Judiciário”.

O relatório considera que o plano de ajuste de 2017, o Regime de Recuperação Fiscal (de Temer), deveria ter como objetivo reduzir a dívida a níveis prudenciais, e “maior clareza” quanto ao tratamento dos credores!

A proposta inclui a fixação de um teto de gastos para entes subnacionais. A reforma da Previdência nos Estados e municípios também seria

“um dos passos indispensáveis”, indica o relatório do FMI, “não haverá como fugir disso se a ajuda federal for proibida”.

É muito grave. Tudo fizeram para saquear os Estados e municípios em favor dos bancos, desde FHC a Temer, já não basta.

Bolsonaro bate continência e o FMI quer passar por cima da própria LRF para estabelecer uma tutela direta sobre os Estados e municípios.

Desde já, talvez até as eleições de 2020, volta a bandeira Fora o FMI!

Markus Sokol

Conselho Federal de Medicina agride direitos das gestantes

Resolução do órgão legitima violência obstétrica

O Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou, em setembro, uma nova resolução que tenta tirar das mulheres grávidas o direito de decidir sobre quais procedimentos médicos serão realizados em seu próprio corpo. Além das gestantes, apenas crianças, adolescentes ou pessoas desprovidas do pleno uso de suas faculdades mentais não têm, para o CFM, o direito a negar determinado tratamento médico. Mesmo em situações sem risco iminente de morte, o que é a única exceção para os demais adultos capazes e conscientes.

Além de tutelar as gestantes, o CFM oficializa seu entendimento que os riscos comprovados à saúde da mulher importam menos do que os supostos riscos ao feto.

Violência obstétrica

É o mesmo Conselho Federal que, em maio, em apoio ao Ministério da Saúde do governo Bolsonaro, se manifestou dizendo que o termo “violência obstétrica” deveria ser abolido. Para o CFM, apesar de uma em cada quatro mães relatarem ter sofrido

algum tipo de violência durante o parto (pesquisa da Fundação Perseu Abramo), o problema é que “o uso dessa expressão agride a comunidade médica”.

Os relatos sobre abusos tratam de violência física, humilhação e procedimentos desnecessários e/ou coercivos. São precisamente tais procedimentos, os quais muitos médicos já exercem sem consentimento e mesmo sem indicação médica real, que a resolução do conselho autoriza que sejam realizados à força.

Entre as intervenções que muitos profissionais alegam ser necessárias está a episiotomia (corte com bisturi na região do períneo). Em 2014, 54,5% das mulheres que tiveram parto normal sofreram este corte. Mas segundo a Organização Mundial de Saúde, apenas em 10% há indicação real do procedimento – alguns pesquisadores afirmam que não há qualquer indicação real.

Outros procedimentos são utilizados para iniciar o trabalho de parto ou para induzir o parto, como o hormônio ocitocina, o rompimento

da bolsa e o descolamento de membranas. Mesmo que indicados em alguns casos, levam a consequências como o aumento da dor ou de riscos à mãe e ao bebê.

Com a resolução há ainda o risco de aumentar o número de cesáreas desnecessárias, se obstetras entenderem que é “abuso de direito” da gestante optar pelo parto normal. Em 2011, 53,7% dos partos no país foram realizados através de cirurgia cesariana (número que cresce ano a ano), enquanto a OMS preceita que a indicação real está presente em

até 15% dos casos. Na rede privada, onde a cirurgia é realizada de forma eletiva, a porcentagem foi de 83,8%! O problema é que em incontáveis casos é desejo da mãe passar por um parto normal, mas o obstetra arranja todo tipo de falsa justificativa, como quadril muito estreito ou circular de cordão, para agendar a cesárea, às custas das maiores chances de complicações em mães e filhos a curto e longo prazo.

Priscilla Chandretti

PL PODE AUMENTAR AS CIRURGIAS DESNECESSÁRIAS

Os deputados federais do PSL apresentaram um Projeto de Lei na Câmara que reproduz a lei aprovada na Assembleia Legislativa de SP, de autoria de Janaína Pascoal (PSL) e sancionada pelo governador João Dória (PSDB). Ela permite a realização de cesáreas eletivas no SUS, a partir da 39ª semana de gestação. O pretexto é a “autonomia” da mulher sobre o parto, ignorando que na rede privada, onde já há cesáreas eletivas, grande parte são realizadas pela conveniência para o médico, o plano ou o hospital. Ignoram também que, mesmo no SUS, já se realiza a cesárea em milhares de casos nos quais não há indicação médica real. Por fim, ignoram o aumento do risco à saúde e à vida. Leia artigo sobre o Projeto de Lei em www.otrabalho.org.br

CALENDÁRIO 2020 DE O TRABALHO.

O tema do calendário é “Crise do capitalismo e a resistência dos trabalhadores,” onde destacamos que na situação convulsionada em que vivemos se há uma crise profunda do capitalismo, existe também a resistência dos trabalhadores e dos povos contra a barbárie que o capital engendra. E essa é a confirmação de que, sim, há uma saída e um futuro para a humanidade! Se é verdade que as crises mostram um sistema apodrecido, que não tem nada a oferecer à humanidade, a não ser destruição; e se é verdade que as crises se sucedem com consequências cada vez mais duras para o conjunto dos povos; o fato é que a sobrevivência da civilização humana depende da resistência das amplas massas. A Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional, combate para ajudar as massas a construir os pontos de apoio para, com o seu próprio movimento, pôr fim a este sistema que só semeia destruição e miséria. Dirigimo-nos a todos os trabalhadores e trabalhadoras, à juventude, aos companheiros do PT e demais organizações da classe, para adquirirem o calendário e ajudar a sustentar o nosso combate.



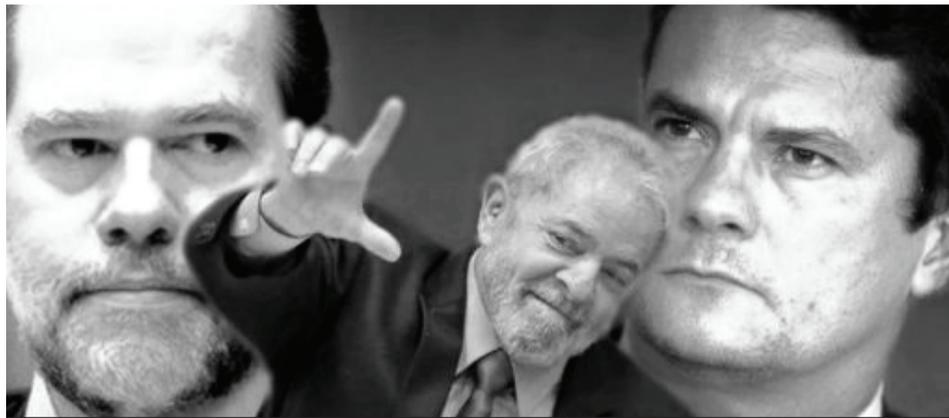
Lula não aceita ir para regime semiaberto

Acuados pela #VazaJato, procuradores ofereceram progressão de pena como manobra

Lula rejeitou a concessão do regime semiaberto, proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) em razão de já ter cumprido um sexto da pena no processo relativo ao tríplex de Guarujá. Em uma carta dirigida ao povo brasileiro, no dia 30 de setembro, Lula escreveu: "Não troco minha dignidade pela minha liberdade. Tudo que os procuradores da Lava Jato realmente deveriam fazer é pedir desculpas ao povo brasileiro, aos milhões de desempregados e à minha família, pelo mal que fizeram à democracia, a Justiça e ao país". No regime semiaberto, Lula teria de usar tornozeleira eletrônica, o que não aceita.

Em geral, a defesa de um preso é que solicita progressão de pena, para que haja a transferência do regime fechado de prisão para um mais favorável. Aqui, há um caso raro, talvez inédito, em que são os acusadores que fazem essa solicitação à Justiça. Os autores do pedido são os mesmos procuradores que fizeram as manobras sujas para condenar Lula sem provas. E que, há poucas semanas, queriam enviá-lo a uma penitenciária comum, na qual não haveria garantias de segurança. Por que essa mudança?

É mais uma manobra da turma coordenada por Deltan Dallagnol. Estão acuados pela exposição das manipulações nos processos da Lava Jato, quando foram orientados de forma ilegal pelo ex-juiz Sergio Moro, e o apoio a um novo julgamento a Lula que cresce. As matérias publicadas pelo Intercept e por outros órgãos



Lula recusa manobra do MP e diz que não barganha direitos atacados pela Lava Jato com convívio do STF

de imprensa na série #VazaJato não deixam dúvidas quanto ao fato de que eles agiam como um grupo político, com o objetivo de tirar Lula da eleição presidencial de 2018 e, assim, impedir a sua vitória.

O PT divulgou nota na qual se avalia da seguinte maneira a atitude dos procuradores: "A pretexto de cumprir a lei, o que fazem é exatamente o contrário, pois pretendem manter uma prisão ilegal e injusta, fruto da farsa judicial que eles mesmos armaram com Sergio Moro para roubar a liberdade e os direitos do maior líder político brasileiro". Os processos devem ser anulados e Lula tem de ser colocado em liberdade.

Contatos com a Suíça

Com a podridão da Lava Jato sendo escancarada, alguns comentaristas e políticos começam a dizer que de fato Lula não teve um processo justo. Como se não soubessem disso antes do vazamento das conversas.

Golpistas de primeira hora buscam se reposicionar. Depois de Temer dizer que a derrubada de Dilma foi

golpe, é a vez do ex-senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se dizer "profundamente chocado com o que aconteceu na Lava Jato" (Folha de São Paulo, 27/9).

O tucano afirmou que a divulgação do diálogo entre Dilma e Lula, por parte de Moro, foi uma "manipulação política do impeachment". É o mesmo Aloysio Nunes que, no dia seguinte à votação na Câmara dos Deputados para a abertura do impeachment de Dilma, foi aos Estados Unidos, para, segundo ele próprio, rebater "o discurso de golpe".

Matérias recentes mostram como os procuradores da Lava Jato fizeram contatos por fora da lei com seus colegas da Suíça para conseguir informações que os levassem a prender suspeitos de corrupção. Depois de recebidos os dados, havia uma comunicação formal solicitando exatamente o que já tinham obtido, para simular legalidade. É o mesmo tipo de operação realizado com o Departamento de Justiça (DoJ) dos Estados Unidos. Uma afronta à democracia e à soberania nacional.

27 de outubro: atos vão exigir Lula Livre

A Plenária Nacional Lula Livre, realizada em São Paulo no dia 21 de setembro, discutiu várias iniciativas na campanha pela anulação das sentenças. Entre as atividades, destaca-se a realização de manifestações no dia 27 deste mês, em que o ex-presidente faz aniversário. A intenção é que haja atos em todo o país pela liberdade de Lula, com destaque para Curitiba.

Cláudio Soares

PRESIDENTE DE HONRA DA YOUNG LABOUR

Nomeado presidente de honra da juventude do Partido Trabalhista britânico, a Young Labour, Lula enviou carta, datada de 23 de setembro, à conferência do partido. Publicamos trechos do documento, que foi lido no encontro da juventude:

"Aos 73 anos de vida, 50 dos quais dedicados à luta contra as desigualdades, sinto-me ainda mais jovem com minha nomeação para a presidência de honra da Young Labour. Essa homenagem prova, antes de tudo, que só é velho quem abandona seus sonhos de juventude, e eu jamais abandonarei os meus. E prova também que as injustiças estão em qualquer parte, e que a luta dos trabalhadores é a mesma no mundo inteiro.

'Austeridade' é a palavra mágica e maldita que os ricos de qualquer lugar do planeta usam para roubar direitos e conquistas da classe trabalhadora. (...)

Um dia a justiça será restabelecida, e sairei da prisão ainda mais disposto a lutar pelo sonho de todos nós, jovens de todas as idades: a construção de um mundo melhor".

STF se reúne para decidir o óbvio

Réu tem o direito de conhecer as acusações antes de se defender, o que a Lava Jato não respeitou



Os onze supremos ministros que não prestam contas a ninguém

O Supremo Tribunal Federal (STF) aprovou, por 7 votos a 4, que réus que tenham sido delatados têm direito a apresentar sua defesa depois de conhecerem o teor das acusações dos réus que fizeram delação premiada. A imprensa chamou a atenção para o fato de que isso tem impacto sobre sentenças da operação Lava Jato,

já que o ex-juiz Sergio Moro não respeitou esse direito, em ações que julgou. O processo no qual Lula foi condenado no caso do sítio de Atibaia é um dos que podem ser revistos.

Para o jurista Pedro Serrano, a deliberação do STF "é uma decisão óbvia". Ele explicou: "Só existe esse debate devido ao quadro autoritário que vivemos no país. É evidente que, se alguém delata, está acusando um outro, e o acusado tem que saber da acusação para se defender. Isso é de uma obviedade imensa" (entrevista à Rede Brasil

Atual, 27/9).

No ordenamento jurídico que a Lava Jato impôs ao Brasil, tudo parece invertido. Uma garantia democrática elementar – a de que a pessoa julgada deve conhecer o teor da acusação para poder se defender – teve de ser votada no STF.

Discussão de limites

O ministro Luís Roberto Barroso, um dos quatro votos minoritários, propôs que, se o tribunal decidisse que o correto era o réu poder conhecer a acusação antes de se defender, isso só entrasse em vigor daqui para a frente. E quem já foi julgado que se conforme com a má sorte. Carmen

Lúcia defendeu a tese vencedora, mas acrescentou que ela só deveria valer se o réu provar que foi prejudicado. Esse era o nível dos debates.

Ao final da sessão de 26 de setembro, o presidente do STF, Dias Toffoli, havia proposto a discussão de limites à decisão, com o objetivo de evitar que haja muitas anulações de sentenças da Lava Jato. No dia 2, quando se completou a votação, os ministros não chegaram a um acordo sobre o assunto, que ainda será debatido. Toffoli sugeriu que sejam anulados apenas os processos em que o réu tenha recorrido na primeira instância sobre a ordem de defesa e se comprovar que foi prejudicado.

70 anos depois da revolução, aonde vai a China?

Da expropriação da burguesia no país mais populoso do mundo ao “socialismo de mercado”

Em 1º de outubro de 1949, Mao Tsé-Tung proclamou a República Popular da China. Em meio às convulsões que marcaram o período posterior ao fim da 2ª Guerra Mundial (1945), a expropriação da burguesia e a realização da independência nacional pela revolução chinesa foi um acontecimento maior.

Inclusive pelo fato dessa revolução ter se dado em ruptura com a política da União Soviética (URSS) dirigida por Stálin à época, que havia pactuado com as potências vitoriosas a “divisão do mundo” nos acordos de pós-guerra. A vitória da revolução chinesa foi a conclusão de um longo processo que encontra suas raízes em 1927.

Antecedentes

A China, aos olhos das potências capitalistas, sempre foi um enorme mercado a ser explorado. No século 19, as “guerras do ópio” (1) abriram o país ao “livre comércio”, com concessões para a Inglaterra (incluindo a posse de Hong Kong, 1842), França e EUA. Também Rússia, Japão e Alemanha se somaram na pilhagem da China, que foi reduzida à condição de semicolônia com a conivência de seus imperadores.

Em 1911, a revolução nacionalista de Sun Yat-sen proclamou a república e iniciou a dominação do Kuomintang (partido nacionalista). Mas, Sun renuncia à presidência e o poder passa ao general Yuan Shikai em 1913, com apoio das potências estrangeiras. A 1ª Guerra mundial (1914-18) atingiu a China que entra num caos político.

Em 1924, Sun reorganizou o Kuomintang, entregando o seu exército a Chiang-Kai-Chek. O Partido Comunista Chinês (PCC), fundado em 1921 sob o impulso da Revolução Russa, forma então uma frente única com os nacionalistas, orientado pela Internacional Comunista (IC). Com a morte de Sun em 1925, Chiang passa a ser o chefe do Kuomintang e é aclamado dirigente honorário da IC por Stálin. Depois da rebelião de Xangai de 1927, dirigida pelos comunistas, que permitiu a entrada na cidade das tropas de Chiang, este ordenou o massacre de seus “aliados” do PCC.

Em 1º de agosto de 1927, tropas ligadas ao PCC rebelam-se, originando o Exército Vermelho que, com o apoio de camponeses, entra em guerra com o Kuomintang. Em 1931, o Japão ocupa a Manchúria e em 1937 declara guerra à China, o que

provoca uma trégua entre nacionalistas e comunistas para enfrentar o agressor.

A tomada do poder pelo PCC

Com a rendição do Japão na 2ª Guerra Mundial, a guerra civil é retomada na China em 1946, com os EUA apoiando Chiang Kai-Chek contra os “vermelhos” e a URSS reconhecendo o governo do Kuomintang.

A estratégia de Mao era cercar as cidades a partir do campo. Em 1948 todo o norte da China era ocupado pelos comunistas, que entram em Pequim no início de 1949. No final do ano, Chiang foge para a ilha de Taiwan, onde proclama a China Nacionalista.

O regime que se instala sob a liderança de Mao e Chu Enlai nacionalizou os grandes meios de produção e estabeleceu o PCC como partido único, o qual vai ocupar todos os níveis do poder de Estado, sem jamais permitir à classe trabalhadora constituir as suas próprias instituições.

A União Soviética assinou em 1950 um tratado de amizade com a China, que participava da Guerra da Coréia (1950-53) contra os EUA. Ainda com apoio soviético, a China faz seu primeiro plano quinquenal (1953-58) com impulso à indústria e coletivização da agricultura (que vinha desde 1949). Mas, a morte de Stálin em 1953 e a política de seu sucessor, Krushev, de “coexistência pacífica” entre capitalismo e socialismo, levaram à ruptura sino-soviética de 1958 (2) que desaguou no paradoxo do “maoísmo” identificar-se com o stalinismo, cujo inspirador abandonara a revolução chinesa à própria sorte.

A “Era Mao” prolongou-se até 1976, com uma sucessão de grandes campanhas (“Cem Flores”, “Grande Salto para a Frente”, “Revolução Cultural”) que manipulavam multidões num ou noutro sentido, para preservar o poder de um setor da burocracia sobre outros, diante da permanente pressão imperialista sobre um país que havia expropriado o capital.

Entre 1965 e 1968, no momento da escalada dos EUA na Guerra do Vietnam, a China chegou a concentrar 320 mil soldados na fronteira em apoio logístico a Hanói. Em 1972, quando aviões dos EUA bom-



Exército revolucionário entra em Pequim, em janeiro de 1949: vitória da Revolução Chinesa no norte do país

bardeavam o Vietnam do Norte, Mao recebeu em Pequim o presidente Nixon, vindo de Moscou, iniciando a “abertura” da China ao ocidente.

A abertura ao mercado mundial

Após a morte de Mao (1976), houve uma luta interna no PCC pela sucessão, que acabou levando Deng Xiao-Ping, que caíra em desgraça durante a “Revolução Cultural” (1966-69), ao poder. Deng vai promover desde 1978 a política de abertura ao capitalismo. Seu governo normaliza as relações diplomáticas com os EUA e cria as Zonas Econômicas Especiais (ZEE) para atrair capital estrangeiro.

Em pouco tempo essas ZEE atraem grandes investimentos vindos de Hong Kong, Taiwan, Japão e EUA, explorando o baixo custo da mão de obra chinesa, disciplinada pelo regime de partido único e controle estatal dos sindicatos (o direito de greve é proibido em 1982). No período de 1981 a 2001, o PIB chinês cresceu à taxa média de 9,5% ao ano. Esse crescimento criou “milionários”, aumentou os privilégios da casta burocrática e a desigualdade social no país, tendo como efeito provocar novas lutas internas no PCC e resistência popular.

Em junho de 1989, uma grande mobilização de estudantes e trabalhadores por liberdades políticas ocupou a Praça da Paz Celestial (Tian An Men) em Pequim, atemorizando o governo. Ela foi massacrada pelo Exército, deixando 1.400 mortos. Nos últimos anos, já na gestão de Xi Jin Ping (desde 2013), várias greves ocorreram em que os trabalhadores

construíram formas embrionárias de sindicatos livres.

Hoje, passados 70 anos da vitória da revolução chinesa e 40 anos da “segunda revolução”, nas palavras de Deng Xiao-Ping, que estabeleceu um “socialismo de mercado”, a China é uma bomba de efeito retardado. Sua dependência em relação aos EUA para suas exportações, num mercado mundial recessivo, provoca uma queda nas taxas de crescimento, agravada pela “guerra comercial” desatada por Trump. A última palavra ainda será dada pela classe trabalhadora da segunda maior potência econômica do mundo.

Lauro Fagundes

Notas

- 1 – No século 19 os ingleses comerciavam o ópio, proibido na China desde 1729, como remédio e também droga que afetava a saúde. O governo chinês combatia o contrabando inglês, o que levou a represálias de Londres chamadas de “Guerras do Ópio” (1839-42 e 1856-60), que resultaram em tratados que deram concessões e privilégios a estrangeiros na China.
- 2 – O conflito “sino-soviético” repercutiu no surgimento de partidos “maoístas” (autointitulados marxista-leninistas) ou na divisão dos Partidos Comunistas entre uma linha pró-Moscou e outra pró-Pequim. O surgimento do PCdoB, separando-se do PCB (pró-Moscou) em 1961, foi a tradução brasileira desse fenômeno.

Luísa Hanune é condenada a 15 anos em prisão

Declaração do birô político do Partido dos Trabalhadores (trechos, intertítulos da Redação de OT)

O julgamento político organizado pelo Tribunal Militar de Blida anunciou seu veredicto político na noite de 24 para 25 de setembro de 2019, após uma apressada farsa jurídica recheada de mentiras. Luísa Hanune, secretária geral do Partido dos Trabalhadores, foi condenada a 15 anos de prisão fechada em um julgamento em que tudo foi feito para unir o seu destino com o de outros acusados que assumiram altas funções no sistema, com o objetivo de retirar dela a caracterização de prisioneira política.

O PT repudia esse julgamento vergonhoso que criminaliza a ação política.

Sua participação na reunião de 27 de março com Said Bouteflika, assessor do presidente deposto, ainda no cargo naquela data, para levar sua opinião sobre a situação política foi utilizada como desculpa para jogá-la na cadeia, silenciá-la e afastá-la da revolução em curso.

O PT lembra o que disse sua secretária geral naquele encontro: renúncia do Presidente Abdelaziz Bouteflika, renúncia do governo, dissolução das duas câmaras do parlamento e dar a palavra ao povo para eleger uma Assembleia Nacional Constituinte.

Reivindicações estas reiteradas por milhões de argelinas e argelinos que exigem há meses a saída

do sistema, de suas instituições, de seus símbolos, de suas práticas...

O poder de fato faz de tudo para manchar a imagem de Luísa Hanune, sua história de oposição ao sistema, que deste modo decidiu puni-la por seus constantes posicionamentos contra ele ao apresentá-la como sua semelhante.

Preso por combater pelos direitos das mulheres (1983-84)

Luísa Hanune combateu durante 40 anos o sistema de partido único. Ela se opôs a ele na clandestinidade e foi presa duas vezes. Em 1983-84, ela passou seis meses na prisão por ter combatido o código da família e pelo direito das mulheres. Em 1988 foi novamente detida durante 72 horas pela segurança militar quando o regime reprimiu com sangue a revolta de outubro daquele ano com o assassinato de 500 jovens.

Na fundação do Partido dos Trabalhadores em 1990, a questão da saída do sistema/regime através da Assembleia nacional constituinte foi inscrita no seu programa. Este programa foi depositado, na época,

no Ministério do Interior para a legalização do PT, e Luísa Hanune nunca deixou de defendê-lo.

Luísa Hanune se opôs à interrupção do processo eleitoral em 1991, que abriu caminho à tragédia nacional.

Rejeitou a solução de segurança do regime e participou, com dirigentes históricos como Ait Ahmed, Mehri, Benbella, Ali Yahi... do acordo de Roma em 1994/1995 pelo restabelecimento da paz. Uma paz restabelecida depois de centenas de milhares de mortos, milhões de desaparecidos e danos incalculáveis.

Em defesa da soberania da Argélia

Ela se opôs com todas as forças ao plano de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e suas repercussões devastadoras no país (1,2 milhões de trabalhadores demitidos e 1500 empresas fechadas) durante a década de 1990.

Luísa Hanune, com o PT que ela dirige, combateu a política de privatização/liquidação do patrimônio público. Contribuiu significativamente para a realização de importantes vitórias da nação argelina, notadamente no que se refere à renacionalização do complexo siderúrgico de El Hadjar, à retirada da lei de privatização dos hidrocarbonetos, a defesa das conquistas da independência.

Luísa Hanune e o PT lutaram pela reabertura das empresas fechadas. Para proteger a economia nacional ela defendeu a regra de 51/49, com predominância do Estado na composição do capital das empresas. Uma regra que o poder atual coloca em questão no projeto de lei de finanças de 2020 para satisfazer as potências estrangeiras.

Luísa Hanune e o PT sempre combateram pelo reconhecimento oficial da língua, cultura e identidade tamazirte.

Luísa Hanune recusou-se a integrar todos os governos de Bouteflika desde 1999.

Em 2015, junto a combatentes da revolução argelina, como Lakhdar Bouragaa, Zohra Drif, Guerroudj Abdelkader, o falecido Lamkani Mohamed e outras personalidades (Carta dos 19), ela denunciou a oligarquia predadora e as políticas de austeridade que afligem a maioria do povo. Essa carta questionou diretamente o grupo que administrava nas sombras os assuntos do Estado.

Ao lado da revolução

Luísa Hanune se colocou clara e



Argel, sexta-feira 4 de outubro, mais uma vez milhões saem às ruas exigindo o fim do regime

abertamente ao lado da revolução do 22 de fevereiro de 2019, rechaçou o plano do quinto mandato e recusou-se a fazer parte da eleição presidencial na qual Abdelaziz Bouteflika se apresentou. Ela se opôs ao prolongamento do seu quarto mandato e negou-se a tomar parte na eleição de 4 de julho abortada pelo povo.

O Partido dos Trabalhadores que Luísa Hanune dirige fez renunciar seu grupo parlamentar da Assembleia Nacional Popular (ANP) para fortalecer a revolução e rejeitar a armadilha do artigo 102 da Constituição que levou o país ao impasse atual.

Luísa Hanune, que combateu o sistema por mais de 40 anos é uma militante internacionalista, anti-imperialista.

Contra a guerra e a exploração

Às vésperas da agressão imperialista contra o Iraque em janeiro de 1991, ela participou da Conferência Internacional contra a guerra e a exploração, em Barcelona. É cofundadora do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AIT) fundado nessa conferência, alguns anos depois, se tornou uma de seus coordenadores.

Quando, às vésperas da eleição presidencial de 2014, surgiram ameaças de intervenção militar dos Estados Unidos, ela convocou um encontro internacional em defesa da soberania da Argélia, do qual participaram delegações de diversos países.

Na APN, organizou uma conferência internacional em defesa da Palestina com a presença de delegações de todo o mundo.

É, portanto, essa linha constante

de luta contra o sistema que querem punir os que a encarceraram e depois condenaram a uma pesada pena de prisão fechada (15 anos).

Para o PT, com esse processo político apressado, Luísa Hanune foi condenada para dar o exemplo, para aterrorizar e tentar calar todas as vozes que se opõem ao poder de fato.

Isso vale para as prisões de Lakhdar Bouregaa, Samira Messouci, Samir Benlarbi, Foudil Moumala e dezenas de prisioneiros políticos.

O alvo é a revolução popular que quer acabar com o sistema/regime e este quer abortar pelo terror, para impor o seu roteiro querendo organizar as eleições presidenciais de 12 de dezembro de 2019, contra a decisão de milhões de argelinas e argelinos.

É por isso que o Partido dos Trabalhadores, que toma por testemunhas as argelinas e os argelinos, faz um apelo a todos os partidos, sindicatos, organizações, personalidades... para que manifestem seu repúdio à arbitrariedade que atinge a sua secretária geral. Porque, pela condenação abjeta de Luísa Hanune, é o pluralismo partidário que está sendo atacado, é a democracia que está sendo agredida pela contrarrevolução.

Liberdade para Luísa Hanune e para todos os presos políticos e de opinião!

Abaixo os julgamentos políticos! A palavra ao povo argelino para que ele possa tomar seu destino em suas próprias mãos!

O Birô Político do PT (Argel, 26 de setembro de 2019)

Campanha internacional se intensifica

Após condenação, mais de 90 países participam da luta por Luísa Livre

Às vésperas e nos dias seguintes de 24 de setembro que condenou Luísa Hanune a 15 anos de prisão, numerosas manifestações exigiram sua liberdade.

Na França foram realizados atos nos Consulados de Nantes, Lyon, Lille, Toulouse, Saint-Étienne, Bordeaux, Marseille e na Embaixada de Paris. Participaram representantes das organizações sindicais CGT, Força Operária, Solidários, Federação Sindical Unitária; dos partidos França Insubmissa, POI, Esquerda Democrática e Social; das organizações democráticas Liga dos Direitos Humanos e Livre Pensar; membros do movimento dos Coletes Amarelos, além de mensagens de apoio de personalidades Alexis Corbière (deputado da FI) e Jean-Pierre Chevènement (ex-ministro dos governos Mitterrand e Jospin).

Atos também ocorreram nas representações diplomáticas da Argélia em Sevilha e Barcelona (Espanha) e na Cidade do México.

Coletivas de imprensa e Ato em Brasília

No Brasil, depois de Minas Gerais,

Ceará e Pernambuco realizou-se, em 25 de setembro, mais uma Coletiva de Imprensa no plenarinho da Assembleia Legislativa, em Salvador.

Convocada pelo deputado estadual Jacó (PT), contou com a presença, entre outros, de Edenice Santana (Movimento Negro), Rodrigo Hita (PSB), Javier Alfaya (PCdoB), Gilberto Leal (Conen), Iracema Moura (MST), Brenda Sousa (Juventude Revolução do PT), Cedro Silva (CUT-BA), deputada estadual Maria Del Carmen (PT), Ademário Costa (presidente eleito do PT Salvador), Paulo Riel (Executiva PT BA e Comitê Estadual DAP), além da mensagem de apoio de Ronaldo Santos (PSOL).

Na tarde do mesmo dia 25, em Brasília, 80 pessoas se manifestaram em frente à Embaixada da Argélia. O líder do PT na Câmara, Paulo Pimenta (RS), com o deputado federal Vicentinho (SP) e o deputado estadual Betão (PT-MG) tentaram uma audiência - solicitada com bastante antecedência - que foi negada pelo embaixador Toufik Dahmani. Também participaram do ato a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), sindicalistas como o presidente da CUT

DF, Rodrigo Rodrigues, Jacy Afonso (Fetec-CUT), Gabriel Magno (CNTE), Hamilton Caiana (Sinpro-DF), entre outros, militantes dos movimentos populares e jovens da Juventude Revolução do PT. Enviaram mensagens de apoio Ana Moraes (MST), o vereador Guiherme Sampaio (PT-

Fortaleza), e Acilino Ribeiro (MPS).

A campanha já se estende por 93 países e entra agora em nova fase a partir do apelo do PT da Argélia "a todos os partidos, sindicatos, organizações, personalidades".

Edison Cardoni

NOVA MOÇÃO

Ao Governo da Argélia,
Liberdade para Luísa Hanune e todos os presos políticos!

Com grande consternação tomamos conhecimento que o Tribunal Militar de Blida (Argélia) condenou a 15 anos de prisão Luísa Hanune, secretária-geral do Partido dos Trabalhadores da Argélia (PT) e coordenadora do Acordo Internacional dos Trabalhadores e dos Povos (AcIT).

Esse processo que criminaliza a ação política e seu veredicto, visa aterrorizar e calar todas as vozes que se opõem ao atual poder de fato da Argélia. O encarceramento de Lakhdar Bouregaâ, Samira Messouci, Samir Benlarbi, Foudil Moumala e dezenas de outros prisioneiros políticos tem o mesmo objetivo.

Essa injustiça diz respeito a todos nós, que nos engajamos na defesa dos direitos humanos, das liberdades de expressão e organização, dos direitos dos trabalhadores e dos povos!

Pedimos solenemente a retirada de todas as acusações contra Luísa Hanune e sua libertação imediata e incondicional, assim como de todos os demais presos políticos.

Liberdade para Luísa Hanune e todos os presos políticos da Argélia!

[Assinatura(s) da(s) entidade(s), dirigente(s) ou instância(s)]

Enviar mensagens para julioturra@cut.org.br para ser direcionada ao governo argelino.

“Meu lugar é na rua, com a revolução”

Advogados de Luísa Hanune denunciam condenação sem provas

Desde fevereiro o povo argelino exige democracia e o fim do regime atual em maciças manifestações. Para se preservar, o sistema chamou um falso diálogo e tenta impor eleições controladas. Primeiro foi em julho quando recuou por falta de candidatos. Agora marcou para dezembro.

Mas sob pressão do movimento revolucionário, nenhum dos partidos de oposição lançará candidato.

Acuado, o regime acentua a repressão. A condenação de Luísa Hanune - e a prisão de outros dirigentes

e manifestantes - tem o objetivo de aterrorizar todos os que se oponham à farsa eleitoral que se prepara.

Seus advogados denunciam um “juízo relâmpago, que não foi nem justo, nem público, nem transparente”. Eles sequer puderam tirar cópia do processo para estudá-lo. Foram obrigados a fazer anotações manuscritas de mais de 10 quilos de documentos para preparar a defesa.

Luísa foi condenada por “complô” por ter aceitado o convite de Said Bouteflika - conselheiro político e irmão do então presidente Bouteflika

- para encontrá-lo, em 27 de março, num local oficial do Ministério da Defesa para dar sua opinião sobre a situação do país.

Ela compareceu a esse encontro na qualidade de dirigente do PT e deputada da Assembleia Nacional. Por isso, “ela não poderia ser processada por suas declarações políticas pois ela detinha imunidade parlamentar”, explicam os advogados.

Ademais, o que Luísa então disse não é em nada diferente da posição oficial que ela e o PT vinham defendendo publicamente: o presidente Bouteflika deve sair do poder para

que o povo argelino encontre a solução da crise.

Falou-se que haveria uma gravação desse encontro. Mas, solicitada, o tribunal respondeu “a gravação está danificada”. Ora, dizem os advogados, “não há gravação, não há testemunho, não há declaração contra Luísa. É a prova de que não existe complô contra o exército e o Estado”. E acrescentam: “a única preocupação de Luísa é uma solução para a crise e o futuro da Argélia. Ela declarou ao juiz que seu lugar não é na prisão, mas sim na direção do seu partido, ‘e na rua, com a revolução’.”



No dia 4 de outubro na Assembleia Legislativa de São Paulo, por iniciativa da liderança da bancada do PT, foi realizada uma coletiva de imprensa. A atividade foi organizada com apoio de parlamentares (além do PT, também do PSOL e do PCdoB), dirigentes sindicais e da Juventude Revolução do PT. Na foto parcial da mesa, da esquerda para a direita: Débora Pereira, da Secretária Estadual de Mulheres do PT, Pulo Zochi, vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, Dep. Barba líder da bancada do PT e Markus Sokol da Executiva Nacional do PT

O TRABALHO

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$ 60,00 • 24 edições: R\$ 120,00 • Assinatura solidária: R\$ 150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil - Agência: 4055-X, C/C: 8894-3 - CNPJ: 09001210/0001-79

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 - CEP 03041-000 - São Paulo

Fone: (11) 2613-2232 - e-mail: otjornal@uol.com.br